ISSN: 2358-8829

TERRITÓRIO, RAÇA E EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS DE JOVENS NEGROS NAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO

Karolina Dias de Souza [1]

Danilo Sales do Nascimento França [2]

Palavras-chave: Desigualdades educacionais; Relações étnico-raciais; Efeito território; Ensino Superior; Juventude periférica.

1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil manifesta-se de forma desigual entre diferentes grupos étnico-raciais. Dados do Censo da Educação Superior de 2022 indicam que apenas 12% das pessoas pretas e pardas com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior, contra 26% entre as pessoas brancas (INEP, 2022). Esses indicadores evidenciam a necessidade de investigar os fatores que produzem e reproduzem tais desigualdades, especialmente aqueles que dificultam o ingresso e a conclusão do ensino superior pela população negra.

Este artigo parte da hipótese de que as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas apenas a partir de características individuais, mas devem ser analisadas à luz de dimensões estruturais, entre as quais se destacam o território e as relações raciais. O conceito de efeito-território, o impacto positivo ou negativo que o espaço exerce na vida de distintos grupos sociais, permite compreender como a organização socioespacial das cidades limita a democratização efetiva do ensino superior.

O objetivo é analisar como o efeito-território e as relações étnico-raciais incidem sobre as trajetórias educacionais de jovens negros e periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com foco no acesso e na permanência no ensino superior. Para tanto, articulam-se dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas com universitários e

[1] Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense – UFF, kadias@id.uff.br;
[2] Professor orientador: Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, danilofranca@id.uff.br.

ISSN: 2358-8829

vestibulandos do Pré-Universitário Popular da Praia Vermelha (UFF) e dados quantitativos do Censo Demográfico de 2010.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em quatro seções: (i) breve discussão teórica sobre segregação residencial e efeito-território; (ii) procedimentos metodológicos; (iii) apresentação e discussão dos resultados empíricos, subdivididos em análise qualitativa das entrevistas e análise quantitativa dos dados censitários; e (iv) considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa combina abordagens qualitativa e quantitativa. No plano qualitativo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco jovens negros vinculados ao Pré-Universitário Popular da Praia Vermelha, projeto de extensão da UFF: três universitários (Jeysa, 23 anos, Ciências Sociais; Julia, 26 anos, Ciências Sociais; Matheus, 23 anos, Segurança Pública) e duas vestibulandas (Lilian, 18 anos; Pérola, 18 anos). Os participantes residem em territórios periféricos de Niterói e São Gonçalo (Pombal, Morro do Castro, Morro da Viradouro, Complexo do 80 e Complexo da Penha). Para garantir o sigilo, conforme o TCLE, adotaram-se nomes fictícios.

No plano quantitativo, analisaram-se dados do Censo Demográfico de 2010 para a RMRJ, selecionando duas variáveis: (i) jovens de 18 a 25 anos que iniciaram, mas não concluíram o ensino superior; e (ii) renda média per capita, como indicador das condições socioeconômicas dos territórios. Os dados foram tratados por meio da linguagem de programação R, possibilitando a elaboração de mapas temáticos. A articulação entre os dois planos permite compreender tanto os padrões agregados de desigualdade quanto os mecanismos pelos quaiso território opera na vida cotidiana dos sujeitos.

3. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E EFEITO-TERRITÓRIO: APORTES TEÓRICOS

A segregação residencial pode ser entendida como a separação espacial de grupos sociais, que enfraquece as relações entre eles e limita o convívio social. No Brasil, a discussão sobre segregação foi historicamente conduzida pela oposição centro-periferia, privilegiando a dimensão de classe. A partir da década de 1990, autores como Edward Telles retomaram o debate sobre segregação racial no contexto brasileiro, argumentando que, embora mais moderada do que nos Estados Unidos, ela permanece elemento central para compreender as questões urbanas do país (FRANÇA, 2010).

ISSN: 2358-8829

O efeito-território, consequência da segregação residencial, refere-se ao impacto que o espaço habitado exerce sobre as oportunidades dos indivíduos. Estudos brasileiros demonstram que a renda de moradores de favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro equivale à de moradores de não-favelas das regiões Norte e Oeste, evidenciando que o espaço habitado ocupa lugar relevante na análise das desigualdades sociais (RIBEIRO; LAGO, 2001; CARDOSO et al., 2008). Cria-se, assim, uma hierarquização de privilégios concedidos pelo território: em primeiro lugar, moradores de não-favelas das zonas Sul e Central; em seguida, moradores de favelas dessas zonas e de não-favelas em regiões longínquas; por último, indivíduos de favelas distantes do centro.

No âmbito educacional, Ribeiro e Koslinski (2009) constataram, por meio do IDEB, que o lugar que os alunos habitam e as circunstâncias que os atravessam podem ocasionar desigualdades de oportunidades educacionais. No Rio de Janeiro, Novaes (2010) exemplifica o fenômeno ao comparar escolas de regiões próximas, mas com realidades distintas: enquanto as escolas municipais da Gávea apresentavam 2,20% de analfabetos, as da Rocinha, em áreas adjacentes, registravam 15,46%.

A violência constitui outro fator que influencia o efeito-território carioca. Segundo Ribeiro (2013), a gênese da violência está atrelada à configuração espacial da pobreza e ao abandono estatal, mas também aos grupos criminosos que exercem controle social nesses territórios, gerando efeitos negativos na educação de crianças e adolescentes periféricos, seja por tiroteios que inviabilizam o trajeto até a escola, seja pelo aprendizado de práticas ilegais ou pelo recrutamento por facções.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. O território vivido: percepções sobre a periferia

A maioria dos entrevistados descreveu a própria favela como próxima de serviços de transporte e comércio, referindo-se a ela como uma “pequena cidade” onde suprem necessidades básicas sem precisar sair do território. Jeysa relata: “temos um sacolão na esquina e mais dois lá dentro, dois mercadinhos... duas padarias, então praticamente dá pra gente viver sem precisar sair dela”. Lilian complementa: “na favela é como se fosse um mundinho lá... é como se eles criassem a própria cidade deles”. Essa praticidade, contudo, é construída pelos próprios moradores como alternativa aos longos deslocamentos. Contudo, o

acesso a serviços não é homogêneo. Matheus, residente na encosta do Morro do Castro, relata que, para chegar à padaria mais próxima a pé, é necessário caminhar entre 20 e 30 minutos.

A presença do tráfico e da violência também é recorrente nos relatos. Julia destaca que os tiroteios do Complexo da Penha atrapalham seu trabalho e que as operações frequentes deixam os moradores em estado de alerta constante; Lilian relata que as operações dificultavam a ida à escola e descreve episódios de "justiça" paralela das facções, com marcas de sangue visíveis.

Todos os entrevistados relataram escassez de instituições educacionais no interior das comunidades, sendo as existentes descritas como precárias ou incompletas. Entre as principais dificuldades mencionadas estão a falta de acesso a materiais didáticos, internet, energia elétrica, a ausência de cursos preparatórios próximos e o excesso de barulho. Matheus relatou problemas de falta de energia e risco de desabamento. Todavia, foi o único entrevistado que afirmou que o território não influencia seus estudos, percepção que entra em tensão com seu próprio relato, já que as condições descritas podem gerar obstáculos ao desempenho acadêmico e ao trabalho que realiza em casa.

Os interlocutores demonstraram consciência acerca da falta de estímulos e recursos destinados à educação de jovens negros e periféricos, reconhecendo que tais dificuldades restringem suas expectativas de futuro. Nas palavras de Lilian: "pra eles, o menino terminou a escola, ele já tem que entrar no trabalho".

4.2. Experiências educacionais, mobilidade e desigualdades

O custo do transporte destacou-se como uma das principais dificuldades. Julia e Pérola precisam utilizar dois ou mais meios de transporte para chegar aos destinos, o que aumenta significativamente os gastos. Matheus, Jeysa e Lilian, embora utilizem apenas um ônibus, também lidam com o alto custo das passagens e, como estratégia para reduzir despesas, percorrem a pé o trajeto entre o terminal e a universidade, em uma caminhada de aproximadamente 20 minutos.

As circunstâncias individuais amenizam ou intensificam essas dificuldades: Pérola possui Vale Social em razão de seu diagnóstico autista, o que reduz os gastos com passagens intermunicipais, mas ainda precisa arcar com as municipais. Matheus e Julia, inicialmente,

ISSN: 2358-8829

utilizavam o benefício de transporte fornecido por seus empregos; após trocar de emprego, Matheus passou a enfrentar maiores dificuldades para custear o trajeto.

A insegurança nos deslocamentos noturnos também emergiu nos relatos. Lilian e Julia retornam para casa tarde da noite, o que produz sensação constante de medo durante o trajeto. O deslocamento é atravessado por questões territoriais e de gênero, uma vez que as interlocutoras se percebem mais vulneráveis a abordagens indesejadas e a situações de violência no lugar onde moram. Lilian relata: “o percurso pra ir de noite é meio complicado... tem muito bar, tem muito homem bêbado... e ainda tem tráfico. Minha vó não gosta nem que eu vá de saia”.

Os entrevistados relataram a falta de referências de pessoas que cursaram ou concluíram o ensino superior em seus locais de moradia, o que sugere que a universidade não é trajetória frequente em seus contextos. Tiveram, assim, que construir seus próprios percursos de estudo e buscar, por conta própria, estratégias para alcançar esse objetivo.

A experiência universitária contribuiu para o desenvolvimento de maior senso crítico e compreensão mais aprofundada sobre identidades raciais e desigualdades estruturais. Jeysa afirma: “Através das ciências sociais eu pude entender que nem tudo era culpa minha, mas também da sociedade e de como ela se estrutura”. Julia relata que sua experiência como mulher negra na universidade foi impactante, sobretudo pelas comparações com a rotina de colegas brancas, visto que, enquanto precisava conciliar trabalho e faculdade, observava que outros estudantes dispunham de mais tempo para se dedicar aos estudos e contavam com mais recursos.

A proximidade da residência em relação à universidade foi recorrente nos relatos como fator que facilita a permanência. Jeysa observa: “existem pessoas com mais dificuldade ainda para chegar na faculdade... chegam um pouco exaustos, porque tem a rotina do trabalho junto com a faculdade, junto com essa locomoção”. Julia complementa dizendo que muitos estudantes negros e periféricos não podem permanecer no campus para participar de confraternizações, projetos de extensão, grupos de pesquisa e outras atividades extracurriculares, devido a limitações de tempo e custos de deslocamento.

Matheus relata que a desistência foi cenário recorrente em sua trajetória: “muitos desses meus colegas que tinham uma origem racial e social parecida com a minha... muitas dessas

pessoas acabaram saindo da faculdade. Cada vez mais... tem cada vez menos pessoas parecidas comigo". Fatores como dupla jornada, dificuldades de locomoção, restrições financeiras e autoestima acadêmica parecem relevantes nesses processos de evasão.

4.3. Projetos e expectativas para o futuro

Os entrevistados compartilharam a percepção de que precisam depositar mais esforço do que estudantes brancos e residentes de territórios mais favorecidos. Matheus sintetiza: "não basta eu ser bom, eu tenho que ser ótimo. Eu tenho que sempre me destacar... porque eu não tenho as mesmas oportunidades".

Pérola acrescenta camadas adicionais de desvantagem: além das dificuldades associadas à condição de estudante negra e periférica, enfrenta desafios relacionados à sua saúde, como o espectro autista, a hérnia de disco e a escoliose, que exigem esforços adicionais em sua trajetória educacional.

Três dos cinco entrevistados relataram já ter pensado em desistir da faculdade, sobretudo por pressão psicológica e dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Apesar disso, todos enxergam a universidade como oportunidade de ascensão social. Pérola relata que muitas vezes sente que a sociedade espera que pessoas como ela ocupem apenas empregos no comércio ou em trabalhos precarizados; a faculdade surge, assim, como forma de romper com expectativas socialmente impostas. Lilian, diferente dos outros interlocutores, nunca pensou em desistir, atribuindo ao apoio e ao incentivo da família um papel importante, sua mãe não conseguiu ingressar no ensino superior, o que a motiva a persistir. Julia também nunca pensou em desistir, mas destaca que a permanência não é simples: "Eu não pensei em desistir, mas ela (a faculdade) queria desistir de mim... eu nunca pensei em desistir dela porque eu amo meu curso".

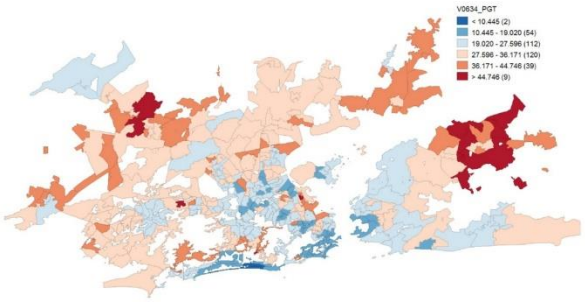
Todos os entrevistados relataram o desejo de continuar estudando após a graduação, com planos de ingressar no mestrado e no doutorado. Jeysa sintetiza a dimensão coletiva dessas expectativas: "creio que ela vai mudar não só a minha vida, mas daqueles que também estão comigo".

4.4. Análise dos dados educacionais do Censo de 2010

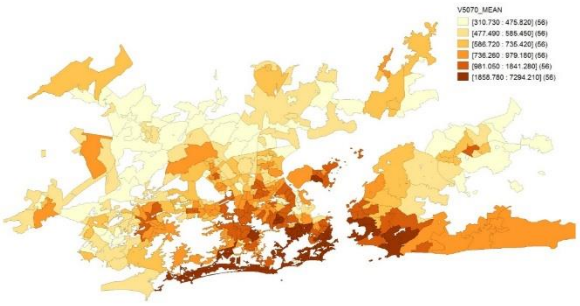
ISSN: 2358-8829

A análise dos dados censitários permitiu identificar padrões territoriais na conclusão do ensino superior, complementados com os dados de renda, que reforçam a teoria de efeito territorial apresentada neste trabalho.

MAPA I - JOVENS (18-25) QUE INICIARAM E NÃO CONCLUÍRAM O ENSINO SUPERIOR NA RMRJ



MAPA II - RENDA PER CAPITA MÉDIA DA RMRJ



O Mapa I, que representa os jovens de 18 a 25 anos que iniciaram, mas não concluíram o ensino superior na RMRJ, revela que as áreas mais centrais apresentam menores índices de não conclusão, enquanto as extremidades da região metropolitana concentram os maiores percentuais de jovens que não conseguiram finalizar seus cursos.

Destacam-se, entre os municípios com maiores taxas de conclusão, o Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. Não por acaso, essas cidades concentram grande parte das instituições públicas de ensino superior do estado, abrigando universidades e institutos como UFRJ, UNIRIO, UERJ e IFRJ (Rio de Janeiro); UFF e IFRJ (Niterói); UERJ e IFRJ (São Gonçalo). A proximidade geográfica de São Gonçalo com Niterói também pode favorecer o acesso ao ensino superior público, contribuindo para maiores oportunidades de acesso e permanência, fenômeno observado nos relatos dos entrevistados, que residem nessas cidades e descrevem deslocamentos com acesso facilitado.

O Mapa II, que representa a renda per capita média da RMRJ, mostra que as áreas de maior renda correspondem aos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, onde se localizam núcleos de classes médias e altas (Leblon, Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca, Icaraí, São Francisco, Santa Rosa). Em contraste, os menores rendimentos per capita são observados em Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Magé, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito,

ISSN: 2358-8829

municípios majoritariamente da Baixada Fluminense, cuja população vive com rendimentos inferiores a um salário mínimo, em Tanguá e Japeri, cerca de nove em cada dez moradores vivem com menos de um salário mínimo.

A análise conjunta dos dois mapas revela um contraste significativo. Embora a renda familiar seja fator importante no acesso às oportunidades educacionais, os dados sugerem que o efeito territorial exerce maior influência sobre a conclusão do ensino superior. Isso porque São Gonçalo e parte do município do Rio de Janeiro também possuem grande parte da população com baixa renda per capita, mas ainda assim registram algumas das maiores taxas de conclusão universitária da região metropolitana. A proximidade em relação às universidades destaca-se como elemento para compreender essas diferenças, indicando que a renda sozinha não explica os padrões de não conclusão observados.

Os municípios com índices intermediários de não conclusão, Guapimirim, Magé, Seropédica, Mesquita, Nova Iguaçu, Itaguaí, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí e Maricá, também apresentam parcela significativa da população vivendo com baixa renda. Embora estejam mais próximos dos principais centros universitários do que os municípios mais distantes, ainda enfrentam dificuldades relacionadas à mobilidade urbana e à oferta de instituições de ensino superior, fatores que podem dificultar a permanência dos estudantes na graduação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste artigo reforçam a centralidade das relações étnico-raciais e do território na produção das desigualdades educacionais. As entrevistas evidenciam que o efeito-território não atua apenas como cenário das experiências desses jovens, mas como elemento ativo na produção de oportunidades e restrições. O custo do transporte, a distância da universidade, a insegurança nos deslocamentos noturnos, a escassez de instituições educacionais nos territórios e a necessidade de conciliar trabalho e estudo constituem barreiras concretas ao acesso e, sobretudo, à permanência no ensino superior.

Os dados censitários confirmam e ampliam esse diagnóstico. As chances de concluir a graduação não dependem apenas das condições econômicas dos indivíduos, mas também das características dos territórios em que vivem. A proximidade geográfica de instituições públicas de ensino superior revela-se fator capaz de atenuar os efeitos da baixa renda sobre a

conclusão universitária, como demonstram os casos de São Gonçalo e de parte do município do Rio de Janeiro.

Observa-se, contudo, que os jovens entrevistados não interpretam suas experiências apenas a partir das limitações impostas por seus contextos. Apesar das dificuldades, atribuem à educação papel central em seus projetos de vida, enxergando a universidade como instrumento de transformação individual e coletiva. O efeito-território impõe obstáculos, mas não determina totalmente os destinos desses sujeitos. Os estudantes arquitetam estratégias, constroem perspectivas de futuro e reafirmam, por meio da educação, projetos de ascensão social, reconhecimento e transformação de suas realidades.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar a articulação entre território e outros marcadores sociais da diferença, como gênero, deficiência e migração, permitindo compreender como essas dimensões podem intensificar processos de exclusão e produzir desvantagens cumulativas. Reafirma-se, por fim, a necessidade de compreender a educação como direito cuja efetivação depende do enfrentamento das desigualdades estruturais que organizam a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. M. et al. Segregação espacial e discriminação no mercado de trabalho: o caso das favelas do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, A. M. (Org.). Mercados de trabalho e oportunidades. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. P. 277-311.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: resultados 2022. Brasília: INEP, 2022.

NOVAES, Patricia Ramos. Valor social da educação e o efeito vizinhança: uma análise das famílias moradoras da Rocinha. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Eduardo. Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 75, p. 41-87, 2013.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz; KOSLINSKI, Mariane C. Efeito-metrópole e acesso às oportunidades educacionais. Revista Eure, Santiago, v. 35, n. 106, p. 101-129, dez. 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 1, p. 144-154, jan./mar. 2001.